O QUE CONTAM OS GUARANI E KAIOWÁ SOBRE O CORTE DA CANA?

O avanço da fronteira agrícola moderna e a precarização das práticas espaciais guarani e kaiowa no Mato Grosso do Sul

Lívia Domiciano Cunha

Mestranda em Geografia pela

Universidade Federal Fluminense

liviacunhageo2@gmail.com

RESUMO

Ao longo da história de ocupação do sul do então estado do Mato Grosso políticas agrárias e indigenistas foram sendo instaladas no início do século XX sob a lógica desenvolvimentista de ocupação dos ditos "espaços vazios", a partir de critérios geopolíticos de ocupação efetiva do território, o que fez emergir uma série de conflitos. Em 1910 cria-se o SPILTN (Serviço Nacional de Proteção aos Índios e de Localização dos Trabalhadores Nacionais) como um dos instrumentos do governo republicano vinculados a políticas relacionadas à colonização da região. Além de criar as reservas indígenas objetivando abrir espaço para instalação de novas frentes econômicas (LIMA, 1992) e, a partir do controle dessas reservas com a instalação dos postos indígenas no seu interior, promover ações de cunho civilizatório e viés evolucionista, objetivando integrá-los à sociedade nacional como força de trabalho nacional. A exploração da força de trabalho indígena na região se deu em várias frentes, no ciclo extrativista na extração do erva mate, no desmate para a abertura de fazendas para os grãos e, mais recente, no corte da cana. Os povos guarani e kaiowa ressignificaram tais atividades inserindo-as em sua economia, vide a reconfiguração de suas práticas espaciais a medida em que a fronteira da agricultura moderna avançava e a alterava consideravelmente a materialidade espacial, logo, também sua forma de organização socioespacial. Na histografia oficial não há relatos destes povos a partir de sua narrativa sobre estes processos que atravessaram seu território em diferentes períodos, por essa razão o presente trabalho visa fazer um registro histórico-geográfico a partir da década de 80 destes povos na atividade do corte da cana a partir de levantamentos de relatos de vida sobre tais condições que a atividade no corte da cana era realizada. São de fundamental importância as seguintes leituras Harvey (2005, 2008), Clastres (1977), Hannerz (1997), Viveiros de Castro (2002), Almeida & Mura (2002), Lopes de Souza (2013), Schaden (1974), Souza Lima (1992). Tal como a realização de trabalho de campo na área de estudo para busca de dados primários e também o uso de banco de dados para a coleta de dados secundários CIMI, ISA, dentre outras fontes.

Palavras-chave: guarani; kaiowa; canavial; mato grosso do sul

1. Introdução

> "Tudo no Mato Grosso do Sul é tradicional, menos os povos indígenas" Marcos Homero, Analista Pericial em Antropologia do Ministério Público do Mato Grosso do Sul.

Apesar do avanço da mecanização no setor sucroenergético, a figura do cortador de cana ainda persiste nos canaviais do Mato Grosso do Sul, assim como em outras partes do país. E, do mesmo modo como nos engenhos de açúcar no Brasil colônia, ainda perdura a característica mais marcante desta atividade: o trabalho escravo nos canaviais. Como continuidades espaço-temporais no campo desta atividade, também persistem os latifúndios, a monocultura da cana, o monopólio da terras e o genocídio dos povos indígenas, abrindo (e/ou mantendo) uma frente agrícola moderna para avanço de outra lógica territorial que a originária dos povos indígenas. A partir da década de 70, no Brasil o cultivo da cana não é mais dedicado apenas à produção do açúcar, mas ao setor sucroenergético, é dele que se extrai o "bio"combustível etanol, iniciando também atualmente o ramo da comercialização do bagaço da cana, gerador de energia através da biomassa.

No Mato Grosso do Sul este avanço da monocultura da cana na figura do setor sucroenergético, e todo o discurso sustentável à ele relacionado, ganha uma especificidade nas questões que emergem ao longo dos conflitos que se delineiam com o avanço da fronteira do setor nas últimas décadas do século XX. O estado possui a segunda maior população indígena do país, representada em cerca de 73 mil índios, conforme os dados do IBGE de 2012, distribuída em 29 municípios dos 78, coexistindo com o agronegócio, o que faz emergir uma série de questões que torna os canaviais sul mato-grossenses imbuídos desta particularidade: a copresença do setor com os povos guarani e kaiowa, por vezes conflitantes e por outras se atravessam. Como no caso aqui abordado: a busca por mão de obra indígena dentro das aldeias para o trabalho nos canaviais.

Como já dito, a questão do trabalho escravo sempre teve seu papel ao longo dos séculos de cultivo da cana de açúcar no Brasil e, ainda com o fim do período escravocrata (1888), novas formas de condições degradantes de trabalho e cerceamento de direitos básicos do trabalhador se mantiveram de diferentes modos. Mais de duzentos anos de abolida a escravidão, o trabalho escravo ainda é pauta no país. Porém, na atual conjuntara, isto não se resume a questão da liberdade, como no período escravocrata, mas também a dignidade humana. Princípio este básico previsto no primeiro artigo da Constituição de 1988, seja por

meio da servidão por dívida, pelas condições degradantes de trabalho ou pelas jornadas exaustivas.

Ao longo da história de colonização do Mato Grosso do Sul, os povos originários dali passaram a buscar recursos de outras formas vide as mudanças trazidas junto à colonização. Estes guarani e kaiowa encontravam como meio de captação de recursos algumas formas de trabalho temporário fora da aldeia, principalmente nos seguintes cargos: extração da erva mate, desmate pra abertura das fazendas de gado e corte da cana para as usinas de etanol e açúcar. A precariedade nas relações e condições em que estas atividades se davam/dão, agravada ainda pelo racismo, se expressa em alguns números trazidos no Relatório de 2011 do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) juntos à alguns apontamentos feitos pelo CIMI. Embora o que o relatório aponta como "conseqüências sociais" seja totalmente problematizável, vale a pena trazer a tona os números que expressam as condições de trabalho sobres as quais estão submetidos no corte da cana.

CONSEQUÊNCIAS FÍSICAS E SOCIAIS DO TRABALHO DO INDÍGENA NO CORTE DA CANA DE AÇÚCAR[1]

Um trabalhador que corta 12 toneladas de cana, em média, por dia de trabalho realiza as seguintes atividades no dia:

- Caminha 8.800 metros.
- Despende 133.332 golpes de podão.
- Carrega 12 toneladas de cana em montes de 15 kg, em média; portanto, faz 800 trajetos e 800 flexões, levando 15 kg nos braços por uma distância de 1,5 a 3 metros.
- Faz aproximadamente 36.630 flexões e entorses torácicos para golpear a cana.
- Perde, em média, 8 litros de água por dia, por realizar toda esta atividade sob sol forte do interior de São Paulo, sob os efeitos da poeira, da fuligem expelida pela cana queimada, trajando uma indumentária que o protege da cana, mas aumenta sua temperatura corporal."[2]

Consequências sociais do trabalho de indígenas no corte da cana

- Impossibilidade de conciliar à atividade com aquelas inerentes à economia indígena;
- Ausência da vida cotidiana da comunidade;
- Aculturação econômica com relevantes alterações das instituições tradicionais;
- "Esfacelamento" das relações familiares.

Agrupamento Classificação Internacional de Doenças, segundo o Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário causado no corte da cana de açúcar : transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de substâncias; Esquizofrenia; Transtornos visuais e cegueira; Doenças hipertensivas; outras doenças do coração; doenças crônicas das vias aéreas; Hérnias; Antropatias; Dorsopatias; Traumatismos de crânio, de torax, de coluna, da pelve, de punho; e outras doenças.

1 Confira: BRAND, Antonio J. e REZENDE, Simone Beatriz A. Consequências Físicas e sociais do Trabalho do indígena no Corte da Cana de Açúcar. IV Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade - NEPPI www.neppi.org

2 ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana? Saúde e Sociedade, v. 15, n. 3, p. 90-98, set.-dez., 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v15n3/08.pdf. Acesso em: 29 jul. 2011.

Fonte: Relatório do CIMI: AS VIOLÊNCIAS CONTRA OS POVOS INDÍGENAS EM MATO GROSSO DO SUL. 2011

Diante do quadro acima, poderia-se aferir que estas condições de trabalho citadas se enquadram no que hoje se chama de Trabalho Escravo Contemporâneo (TEC), um trabalho análogo ao regime escravo e que, segundo o artigo 149 do código penal brasileiro, significa:

> "Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto."

Na epígrafe citada, Clastres contribui para refletir uma problemática maior que este trabalho se propõe: considerar a produção do espaço em diferentes mundos, forçando o olhar para enxergar determinadas práticas socio-espacial em diferentes perspectivas, para além da "nossa própria imagem", do nosso próprio mundo e da nossa própria narrativa. Aqui a perspectiva adotada pretende-se a dos guarani e kaiowá no Mato Grosso do Sul. Tal questão posta em discussão situa-se em uma questão mais objetiva que o presente trabalho busca abarcar, isto é: fazer um registro histórico-geográfico do que estes povos tem a dizer sobre determinado período de sua história (anos 80 e o avanço da produção sucroenergética na área de estudo), a partir de relatos de vida visando compreender como isto se insere/inseriu na produção e/ou reconfiguração de sua espacialidade. Taticamente, o trabalho fará uso da narrativa oral de alguns guarani e kaiowas, exprimindo sua realidade espacial a partir de relatos sobre suas práticas espaciais de aquisição de recursos, o que eles denominam "jeheka". Vale ressaltar que por ser uma pesquisa ainda em andamento e pelo cumprimento do limite de páginas, o presente artigo abarcará parte deste trabalho.

A atividade dos guarani e kaiowas no corte da cana, por exemplo, dependendo da perspectiva e narrativa que se adota, denominada-se *changa* ou trabalho escravo contemporâneo. Como categoria da prática, em resumo, a *changa* defini-se por o trabalho temporário e remunerado fora das aldeias, sendo uma atividade esporádica para satisfazer as necessidades imediatas não mais supridas no interior das aldeias (ALMEIDA, 2001), já o trabalho escravo contemporâneo enquadra-se como categoria normativa. O que esta pesquisa pretende não se trata de reduzir à alteridade que envolve o percurso interno da construção do conceito que abarca a atividade dos guarani nos canaviais do Mato Grosso do Sul, mas sim de multiplicar as suas imagens (Castro, 1980) e dar luz à uma narrativa histórica e comumente ausente em uma historiografia oficial nacional.

O artigo se estrutura da seguinte maneira: no primeiro subtópico uma breve releitura teórica do que se entende por prática espacial; em seguida, no segundo subtópico, uma

contextualização histórica da área de estudo; no terceiro subtópico, a descrição do que se entende como *changa*; e, por último, no quarto subtópico, a narrativa de um kaiowá sobre a changa na canavial.

2. Releitura teórica

Partindo do princípio que, como aponta Lefebvre, o espaço é ao mesmo tempo um produto e um condicionador das relações sociais (LEFEBVRE, 1981), do mesmo modo que se deve negar o determinismo geográfico, também não convém secundarizar a dimensão espacial, tomando-a como um mero receptáculo das relações sociais. Como corrobora Souza, partindo desta abordagem, o espaço passa a se tornar "um ingrediente essencial e pleno de implicações da sociedade concreta" (SOUZA, 2013:236). Sobre essa linha tênue entre o determinismo geográfico e a subestimação do papel do espaço geográfico na organização social, o conceito de "práticas espaciais" aparece em Lefebvre como uma ponte conceitual entre as relações sociais e o espaço. Para Lefebvre, "a prática espacial consiste numa projeção 'sobre o terreno' de todos os aspectos, elementos e momentos da prática social" (LEFEBVRE, 1981:14 apud SOUZA, 2013:238). E mais a frente, corroborando com a ideia de que a prática espacial é inerente à espacialidade a qual está inserida, "ela [a prática espacial] o põe e supõe, em uma interação dialética: ela o produz lenta e seguramente, ao dominá-lo e dele apropriar-se. (...) A prática espacial de uma sociedade se descobre ao se decifrar o seu espaço" (LEFEBVRE, 1981:14 apud SOUZA, 2013:238).

Souza reafirma a importância deste conceito lefebvriano, embora o trabalhe sem preocupações de fidelidade relativamente ao pensamento desse filósofo, o que não o impede de considerar as contribuições trazidas a partir do conceito de práticas espaciais. O autor o recontextualiza à luz da empiria e o adapta com e sob influência de outras referências científicas e filosóficas tal como as necessidades de sua pesquisa empírica. Para ele "a prática espacial é uma prática social" (SOUZA, 2013:239). Embora possa existir prática social sem necessariamente ser espacial. Ainda que se mantenha uma relação de condicionalidade com o espaço mas "de modo indireto, fraco, sem grande complexidade ou, ainda, mais ou menos banal" (SOUZA, 2013:246). Não por isso tais práticas devem ser classificadas com prática espacial, embora estejam atreladas a práticas espaciais. Pois, práticas espaciais, como define o autor, são "práticas sociais densas de espacialidade" (SOUZA, 2010:23). Ainda sobre isso, Souza afirma,

> "As práticas sociais não são, necessariamente, forte ou diretamente espaciais (ou espacializadas), ainda que o espaço seja, obviamente, sempre um ingrediente básico da sociedade concreta, uma vez que ele é uma condição primárias para a sociedade e a própria vida. Em termos mais específicos, contudo, o poder não é exercido apenas no espaço (o que é irritantemente óbvio), mas também através do espaço e por meio do espaço – isto é, por meio das formas de substrato espacial material (formas espaciais), das configurações territoriais e das imagens de 'lugar'" (SOUZA, 2010:30) *[grifo do autor]*

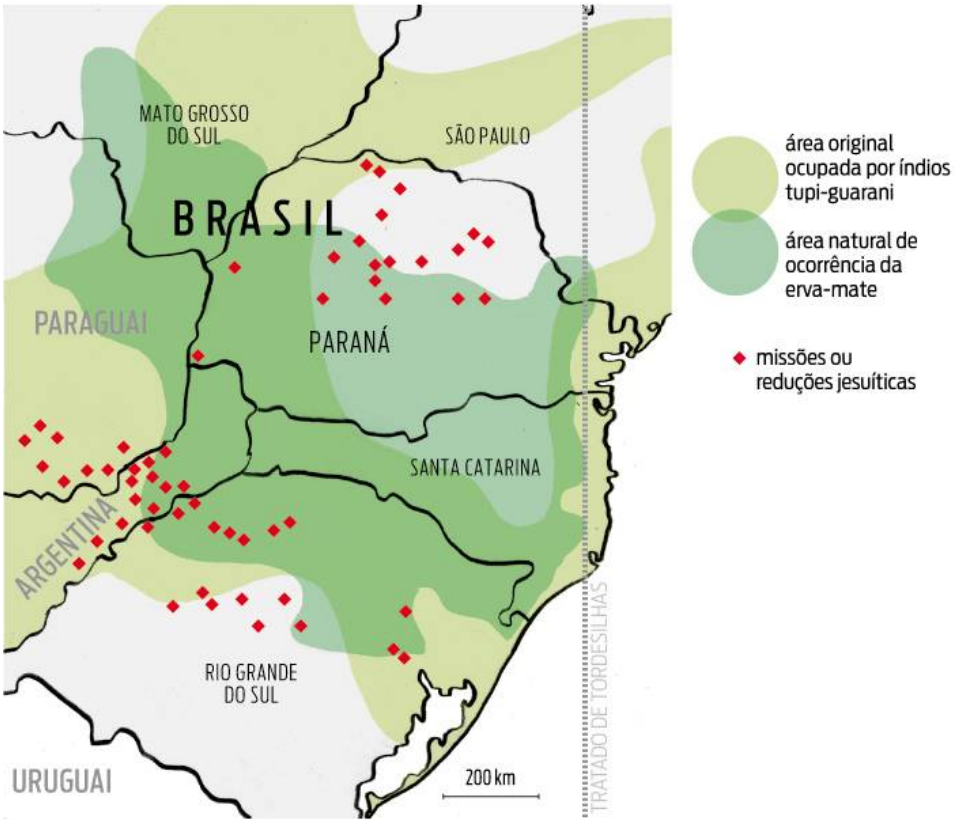
O espaço geográfico na sua materialidade, abordado em vários outros campos na ciência ganha diferentes contornos e abordagens na geografia. "O 'ambiente construído', de sua parte, seria a materialidade socialmente construída a partir da transformação das matérias-primas em ruas, pontes, edifícios etc., e na esteira da drenagem de pântanos, da canalização de rios, do desmonte de morros, da realização de aterros, e assim segue" (SOUZA, 2013:64). Essa transformação da "natureza primeira" em "natureza segunda" é uma temática em voga no ambiente marxista de debate. Para Harvey, inspirado fortemente em Lefebvre, o capitalismo altera fundamentalmente a configuração espacial, produz novos espaços e novas relações. O geógrafo reafirma ser a produção do espaço em geral, e do urbano em particular, um grande negócio para o capitalismo, pois o ambiente construído pode absorver enormes quantidades de capital, tanto para sua construção como para sua manutenção. Sobre este ambiente construído, entendido como da "natureza primeira" em "natureza segunda", Souza afirma:

> "O 'ambiente construído', de sua parte, seria a materialidade socialmente construída a partir da transformação das matérias-primas em ruas, pontes, edifícios etc., e na esteira da drenagem de pântanos, da canalização de rios, do desmonte de morros, da realização de aterros, e assim segue". (SOUZA, 2013:64)

O substrato espacial material, isto é, o espaço em sua materialidade (SOUZA, 2013), pode ser apropriado, ou criado a favor de atender ou não interesses da acumulação do capital, sendo os elementos físicos do espaço potencialmente capazes de obter um papel fundamental na reprodução do capital. E, tal como a materialidade espacial, "as práticas espaciais têm servido ora (e com muita freqüência) à heteronomia, ora à autonomia ou, pelo menos, à luta contra a heteronomia" (SOUZA, 2013:247). Tal afirmação fica explícita ao ser analisada a forma como foi apropriado a materialidade espacial da área em questão estudada.

3. Um breve histórico de uma história dita oficial

A colonização da região do sul do então estado do Mato Grosso, e suas práticas etnocidas, se dão no seguinte contexto político-econômico nacional. É na primeira metade do século XX, no fim na Primeira República e quando se inicia a Era Vargas, que se tem início o processo de colonização de outras partes do país, processo este que se intensifica na Ditadura Militar, dando continuidade à interiorização econômica e urbana, junto a isso o contato mais intenso com os povos indígenas localizados no interior e até então pouco contatados. Esta integração e interiorização econômica seguida da ocupação dos ditos "espaços vazios" se deu sob uma intencionalidade que extrapola limites locais, muito mais complexa e de viés nacionalista. Nesses espaços tidos como vazios embora não existisse o regime de propriedade privada, existiam outras formas viver na terra, onde já viviam grupos humanos e outras formas de dar sentido à vida no espaço. Modos de vida e de apropriação do espaço estes que em uma conjuntura política desenvolvimentista e de viés positivista foram ignorados e, por isto, o espaço habitado por estes passa a ser considerado um vazio a ser preenchido.



Fonte: Gazeta do Povo. Acessado em: 02/07/2015. Disponível em: http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/erva-mate/origens.jpp

O avanço da fronteira agrícola para o interior do país junto a estradas e redes telegráficas ao longo do século XX visou promover a ocupação efetiva do interior em prol do discurso de soberania nacional sob uma lógica nacional-desenvolvimentista e positivista. Na medida em que se dava o avanço da fronteira ao promover atividades produtivas fomentadas pelo Estado, baseadas num primeiro momento no extrativismo massivo de madeira, na expansão da pecuária extensiva, seguida da mecanização da agricultura, bem como na introdução de insumos químicos, alterava substancialmente o substrato espacial material ali localizado. Tal panorama exploratório na região reverberou nos povos originários ao promover a "perda de elementos materiais que há muitas décadas eram disponíveis em abundância para as famílias indígenas." (MURA, 2006:354). Sobre algumas das conseqüências nesse processo de avanço da fronteira, Mura pontua:

> "O desmatamento massivo nos espaços geográficos em questão não acarretou simplesmente uma drástica diminuição da população vegetal e animal (tanto em números de indivíduos quanto em variedades de espécies por hectares); este fenômeno provocou também significativas modificações na rede hidrográfica. Muitos rios diminuíram o porte de água, sendo afetadas a fauna aquática e a morfologia dos cursos de água. [...] alguns de seus afluentes tendo totalmente perdido as matas ciliares, secando por completo. Outros fenômenos, relacionados à falta de cobertura vegetal nativa, são o processo erosivo e o assoreamento dos cursos fluviais, ambos agravados pela ação física exercida pela pressão no solo dos membros dos bovinos, presentes em grande número na região, solo este, por sua vez, sujeito facilmente à descompactação, por falta de vegetação. Um derradeiro fator de mudança provocado pela falta de vegetação nativa é aquele relativo ao nível pluviométrico. De fato, de um clima úmido, constante em todas as estações, nestes últimos anos tem-se passado a um clima diversificado, com períodos cada vez mais significativos de seca, especialmente durante o inverno (de junho a setembro), com fortes rajadas de vento, o que favorece rápidas e devastadoras propagações de incêndios." (MURA, 2006:354)

Tais mudanças estruturais na materialidade espacial na qual se encontravam e se originavam os povos guarani e kaiowa promoveram uma série de reconfigurações em suas práticas. Além das relações de contato que passaram a se traçar, iniciadas e intensificas já na década de 60 quando muitos guarani e kaiowa participaram como mão-de-obra da derrubada do mato da região. Nas palavras de Mura,

> "Mas o habitat não sofreu simplesmente devastação; ele foi mudando seu perfil, com a introdução progressiva de estruturas materiais, circulação de objetos e saberes técnicos ligados a seu uso e/ou sua reprodução. Os "brancos" foram os principais atores desta transformação material dos espaços territoriais kaiowa e ñandéva,

> muitas vezes se servindo da mão-de-obra destes indígenas para tal propósito." (MURA, 2006:354)

No avanço desse ideal junto à fronteira agrícola, se deu o confronto da autonomia dos povos originários e da busca pela soberania nacional, o que fez emergir ao longo da história de formação da nação e do Estado brasileiro uma série de questões que se arrastam até os dias de hoje. Neste processo de colonização do interior do país não bastava a existência das condições materiais para a instalação de uma nova lógica, o espaço físico em si e a infra-estrutura a ser instalada, mas também foi preciso uma (re)estruturação simbólica, isto é, a instalação de outros ideais, imaginários, significações, que até então inexistiam para os povos que ali habitavam.

A incompatibilidade entre os diferentes sentidos de vida imbricados no espaço seguida da autoafirmação identitária destes povos originários frente à colonialidade faz emergir o conflito entre estes diferentes grupos que ali passaram a coabitar. Conflito este que se intensifica na medida em que a agricultura moderna se expande a partir de desapropriações e políticas favoráveis e que viabilizam tais ações colonizadoras. Nesse contato é possível encontrar relatos de exploração da força de trabalho indígena em situações precárias durante o processo de apreensão e controle desta para a colonização. Ao longo desse projeto colonizador no interior do país, políticas agrárias e indigenistas pautadas em um viés evolucionista e institucionalizadas no início do século XX na figura do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), objetivou incluir estes povos à sociedade brasileira através da mercantilização de sua força de trabalho apoiada na idéia de que a partir desse contato deixariam de ser índios. Tentativa esta frustada na medida em que estes reverteram, ou estão em processo de reverter, esse "projeto colonizador", ressignificando este trabalho remunerado fora da aldeia (por eles denominado *changa*) e reivindicando e retomando seus tekoha[1] décadas depois.

4. A precarização das práticas espaciais guarani-kaiowa e a emergência da *changa*

> "Os povos indígenas estão hoje tão distantes de cultura neolíticas pré-colombianas quanto os brasileiros atuais da sociedade portuguesa do século XV, ainda que possam existir, nos dois casos, pontos de continuidade que precisariam ser melhor examinados e diferencialmente avaliados" (Pacheco de Oliveira, 1998:68)

[1] Resumidamente, tekoha significa modo de ser (teko) e lugar (ha), ou seja, espaço onde os guarani podem vivenciar seu modo de ser.

Pode-se afirmar que a *changa* entre os guarani e kaiowa é fruto de uma relação de contato interétnico e, como o espaço é produto da sociedade (Lefebvre, 1981). Esse contato tal como se reflete na sociedade, reflete também na espacialidade destes povos, do mesmo modo como nas práticas sociais imbricadas da dimensão espacial. A reconfiguração deste espaço frente à chegada de não-índios, pressupõe a reconfiguração de suas práticas associadas à moradia, mobilidade, acessibilidade, busca de recursos, são algumas entre as diversas práticas que passam a se reconfigurar a partir do contato com os *karai* ("homem branco"). Dentre estas práticas, junto à colonização da região, passar a existir de maneira mais intensa a prática da *changa* entre os guarani e kaiowa, que será o foco de atenção do presente trabalho. A *changa*, para além de ser uma questão abordada sob uma perspectiva antropológica, vide as questões que emergem desse contato interétnico, também se faz uma questão geográfica na medida em que este contato tem reflexos e condicionantes na espacialidade destes povos. Antes de falar sobre a prática da *changa* é preciso ir à origem do termo. O antropólogo Rubens Thomaz de Almeida afirma que

> "O termo *changa* tem origem no espanhol da América – ao que parece, platino -, e tem sentido depreciativo. Refere-se a atividades ou trabalhos não assalariados, sistemáticos ou descontínuos, aos quais corresponde uma remuneração. Trata-se, assim, de uma atividade temporária, sem vínculo e, de um modo geral, sob condições desfavoráveis. Regionalmente, é considerado um "trabalho de bugre", termo utilizado para referir-se aos Kaiowa e Ñandeva e sua lide em fazendas do extremo sul do Mato Grosso do Sul" (ALMEIDA, 2001:159)

Este sendo a origem no termo espanhol, já o significado desta atividade para os Guarani, Almeida descreve:

> "Compreendida pelos índios como 'trabalho' para os de fora para os estrangeiros [yvyporipeguarã], a *changa* é uma atividade antiga, já que a força de trabalho Guarani tem sido utilizada no decorrer desses últimos 500 anos na implantação de variadas iniciativas econômicas (...)" (ALMEIDA, 2001:159)

Esta noção de "'trabalho' para os de fora", permite levantar a seguinte questão à definição do autor: qual a variável definidora do que é "de dentro" e "de fora"? Pode-se afirmar que este critério está mais relacionado à questões étnicas e de perspectiva, "os daqui" e "os de lá", do que algo propriamente delimitado espacialmente. Pela interdependência que se constituiu ao longo dessas relações de contato e as atividades que se traçaram, a *changa* acaba por ganhar seu papel na economia guarani. Sobre esta incorporação o Almeida afirma,

> "a *changa* é uma variante indissociável de vida Kaiowá e Ñandeva. Atingindo, direta ou indiretamente, todos os indivíduos e tendo sido incorporada a sua organização socioeconômica, tornou-se uma atividade institucionalizada"

O setor da população que a *changa* atinge incluem principalmente os mais novos, como se pode notar a foto abaixo, e na maioria das vezes veem a necessidade de falsificação de seus documentos. Como uma atividade temporária e dentro de uma divisão sexual e etária do trabalho do modo de vida guarani, a *changa*

> "parece representar uma oportunidade de vida que vai além dos âmbitos exclusivamente econômicos, constituindo uma das principais alternativas para que o jovem índio inicie seu processo de conhecimento do mundo 'civilizado' e tenha acesso ao 'dinheiro' – e, consequentemente, à aquisição dos produtos considerados necessários -, sem que isso signifique uma necessária ruptura da simbologia Guarani (Cohen 1978)" (ALMEIDA, 2001:160)

Foto 1: Guarani e Kaiowa após o corte de cana na década de 80

Fonte: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Tal prática teve sua entrada de forma mais efetiva às práticas espaciais guarani a partir da chegada da Cia Erva Matte Laranjeira no Mato Grosso do Sul entre os séculos XIX e XX. Os ervais, por ser uma atividade de extrativismo, permitia a copresença "pacífica" entre os guarani, sem alterar de maneira intensiva as características físicas de seu território. Pois a atividade de extração da erva não pressupunha a aquisição de títulos de propriedade e também não pressupunha a alteração do meio ambiente local, ao contrário sua conservação dependia do existe para as atividades extrativistas.

Foi a partir do período da Cia que as relações de contato passaram a se dar com maior intensidade, assim como a prática da *changa*. Tais relações resultavam na penetração e circulação de objetos advindos do mundo dos não-indígenas, que pós-contato passam a circular em seu território de maneira mais intensa. Nesse sentido, como novos objetos passam a ser requeridos, também novas estratégias de subsistência passam a se dar. É neste contexto que se dá o estabelecimento de relações de trabalho temporário com os novos colonos, denominadas de *changa*. Sobre a circulação de novos objetos em seu território e o engajamento dos guaranis em novas atividades, o antropólogo Schaden (1954), apoiado no paradigma da aculturação, afirma

> "(...)Convém mencionar, de passagem, ser este [a changa] um dos fatores de desorganização econômica de todos os grupos indígenas daquela região, mesmo dos mais conservadores. O problema se agrava pela changa nos ervais, visto que a safra de erva-mate se estende por sua vez, pelos meses de julho a outubro. A impossibilidade de conciliar as atividades antigas com as inovações oriundas do contato com o home branco e a incapacidade de substituir sem mais nem menos a estas por aquelas parecem ser as causas principais da desintegração cultural e destribalização dos grupos Guarani do Sul de [na época, ainda] Mato Grosso" (SCHADEN, 1954:39)

Mura problematiza tal paradigma da aculturação que serve de pilar para levar às noções de "impossibilidade", "incapacidade", "desintegração cultural", "destribalização". Já apoiado em outro paradigma, encarando a cultura como tradição de conhecimento e algo dinâmico, Mura rebate:

> "Contrariamente ao que apontavam alguns autores nos anos cinquenta, norteados pelo paradigma da aculturação (Schaden 1974 [1954], Watson 1955), o engajamento dos indígenas nestas novas atividades não implicou em uma mudança radical do seu estilo de vida (Thomaz de Almeida 2001, Mura 2000). De fato, passaram eles progressivamente a transformar a organização das unidades domésticas, tornando-as mais flexíveis e adaptadas às novas circunstâncias (Mura 2000)." (MURA, 2006:77)

Para adequação à uma nova configuração espacial, foi preciso reconfigurar a mobilidade espacial para realização das novas atividades surgidas referente à novas técnicas de aproveitamento e aquisição de recursos. Junto a isso, "novas características de bagagem material adotada, contribuíram para modificação das formas de habitar das famílias extensas. Deste modo, teve-se a passagem do viver todos em uma única casa (denominada óga jekutu ou oygusu) à distribuição das famílias nucleares em construções menores (óga ou oy), estabelecidas em torno da residência do tamõi e/ou jari (ou tamõi guasu e/ou jari guasu), líderes da família extensa (Thomaz de Almeida 2001, Mura 2000, 2004)" (MURA, 2006:79). Do

mesmo modo que tal configuração transformou o modo de residência, sua localização também sofreu mudanças com a emergência da atividade da *changa* nos ervais, Mura afirma:

> "O trabalho nos ervais requeria dos Guarani deslocamentos e assentamentos inéditos. Os indivíduos adultos do sexo masculino preferiam, a maior parte das vezes, criar bases nas proximidades dos locais onde prestavam serviço para os 'brancos', levando consigo cônjuges e filhos menores. Utilizavam nesses casos habitações de pequenas dimensões e de rápida construção, que alocavam uma infra-estrutura de objetos e instrumentos técnicos sumamente simplificada. Estas bases, porém, construídas com propósitos temporários, muitas vezes representavam formas duradouras de organização doméstica, em alguns casos chegando-se a formar redes de habitações, que abrigavam parte substantiva das famílias extensas. Em casos excepcionais, como nas proximidades dos portos instituídos pela Cia., podia acontecer também que se chegasse à concentração de muitos grupos macro-familiares, todos distribuídos nesses tipos de abrigos 'temporários'." (MURA, 2006:77)

Reconfiguração da prática espacial, neste caso, se associa a uma (1º) seletividade espacial, isto é, passam selecionar um lugar onde pretendem se assentar a partir do local onde poderiam vir a "criar bases nas proximidades dos locais onde prestavam serviço para os 'brancos'" (MURA, 2006).E, está associada também (2º) a tipologia dos materiais coletados, visto que, a partir do momento que muda o local de moradia, muda também a forma como os recursos requeridos se distribuem no espaço, tal como novos recursos passa a ser requeridos.

Cabe ressaltar que uso da força de trabalho Guarani e a forma como suas práticas foram reconfiguradas se deu de diferentes formas em diferentes momentos e contatos interetnicos. Diferindo do modo como a *changa* se dava a partir do contato ao longo da história com encomenderos, jesuítas, bandeirantes, ervateiros, madeireiras, fazendas, empresas agropecuárias e, mais recentemente, usinas de açúcar e álcool. O ciclos econômicos que cruzaram o território guarani e se utilizaram de sua força de trabalho é o extrativismo massivo de madeira(promotora do desmatamento da região) e, em seguida, a abertura de fazendas para a expansão da pecuária, o cultivo de grãos e, por fim, a mecanização da agricultura (uso de agrotóxicos). A atividade da *changa* até os anos 80 era feita por pequenos grupos, geralmente parentes, chegavam no perímetro do tekoha guasu em que viviam.

Este avanço da fronteira agrícola moderna e o uso cada vez maior da força de trabalho indígena vide o aumento da produção em escala nas usinas de álcool, é então dada a formalização de um contrato para o trabalhador indígena na década de 70. Como explica Almeida,

> "Assim, a changa foi institucionalizada formalmente na década de 1970, com a implantação de um contrato de trabalho obrigatório a ser firmado entre os

> empregadores dos índios e o organismo tutelar. Uma vez que 'não havia alternativa', o 'contrato', instrumento de mútua proteção trabalhista, passou a vigorar como o controlador da changa, tornando-se para os índios sinônimo de atividade remunerada fora do tekoha. Impressos pela FUNAI e divididos em vários artigos, os contratos tinham por objetivo definir as condições de trabalho dos índios. Aos empregadores cabiam obrigações como fornecer três refeições diárias, considerar períodos de oito a nove horas de trabalho, permitir intervalos para o terere e o ka'ay, oferecer alojamentos apropriados, responsabilizar-se pelo transporte de ida e volta para o tekoha, manter os fins-de-semana livres e fixar previamente a remuneração da jornada diária, além de descrever contratualmente as tarefas a serem realizadas pelo contrato. Os índios, por sua vez, deveriam realizar o serviço e, principalmente, cumprir os prazos estipulados, o que invariavelmente acarretava problemas e desentendimentos, uma vez que, por diferentes motivos, não é raro que abandonem o trabalho depois de alcançar os recursos de que necessitam" (ALMEIDA, 2001:167)

Ao longo dos anos 60 e 70, chega o ciclo do extrativismo de madeira ocasionando um intenso desmatamento da região e se utilizando da força de trabalho indígena nessa tarefa. Neste ciclo surge a figura do "gato" (chamado hoje de "cabeçante") que significa "índio intermediário entre os empreendedores e os trabalhadores guarani" (MURA, 2006:160). Esta atividade, por ser extrativista, sendo que uma vez que uma fazenda completava a derrubada, cessava também a relação de trabalho. Assim como no extrativismo dos ervais, não alterava em muito a organização sócio-técnica dos Guarani (MURA, 2006:160).

É na década de 80 que o setor sucroalcooleiro avança na região, fazendo uso da força de trabalho guarani para o árduo trabalho no corte da cana. Esta incorporação da força de trabalho guarani também era mediada por "gatos", que buscavam um contingente significativos de guaranis nas reservas para a realização do corte da cana.

O avanço de uma outra lógica (a fronteira agrícola) associada à devastação ambiental contribui também para a necessidade dos guarani reconfigurarem suas práticas de coleta de recursos e a seleção de onde ficar, frente a "perda de elementos materiais que há muitas décadas eram disponíveis em abundância para as famílias indígenas." (MURA, 2006:354). A seleção de onde se fixar temporariamente e a busca de recursos para a subsistência estão associadas à reorientação da prática do *jeheka* ("procura de"). As mudanças profundas trazidas ao tekoha alterou de maneira significativa a disponibilidade de materiais, tanto em sua localidade como em sua quantidade, e acessibilidade o que redesenhou o que Mura chama de "geografia dos recursos nos espaços territoriais kaiowa e ñandeva". Estes não podem mais ocupar sistematicamente as cabeceiras de quase todos os córregos da região, como ocorria há

quase um século. Do mesmo modo que os locais de acesso aos recursos se reduziram, a tipologia dos materiais coletados também, assim como sua forma de distribuição no espaço.

É importante ressaltar a prática do *jeheka* e sua relação com a prática da *changa*. O jeheka, como sendo uma atividade guarani existente desde antes do contato, e a *changa*, que emerge após contato. Aqui associa-se uma prática à outra, pois ambas se referem, de certo modo, à busca de recursos. No caso da primeira, os recursos vêem a princípio a partir de práticas associadas a atividades de pesca, caça, roça, mas que são reconfiguradas na medida em que há uma alteração na materialidade espacial e em outros recursos que passam a ser requisitados. Na segunda, a aquisição do recurso passa a se dar por intermédio de uma remuneração, de um trabalho para os colonos. Sobre as atividades de *jeheka*, Mura aponta

> "Podemos concluir, portanto, que as atividades de aquisição tornaram-se preponderantes com relação às de produção. Os Kaiowa consideram o conjunto de ações que permitem a aquisição de materiais, objetos, alimentos e, inclusive, dinheiro, nos campos, matas, fazendas e cidades, como sendo o resultado de (a)jeheka (literalmente, "ir à procura de"). O verbo se diferencia de outro similar, (a)heka, pelo fato de este último referir-se à ação de ir buscar um objeto bem preciso, em um lugar bem determinado. O primeiro, por sua vez, resulta da composição do segundo, mais a partícula "jere", que implica o ato de circular ((a) - jere- heka). Neste sentido, as atividades de jeheka se referem a um conjunto de ações que, concatenadas entre si temporal e espacialmente, determinam um resultado tecno-econômicoespecífico, o qual, embora seja suscitado por uma determinada intencionalidade, não é certamente o fruto de uma programação prévia. As ações concatenadas podem ser de natureza política, técnica e/ou simbólica, em conjunto dando um sentido específico ao processo tecno-econômico." (MURA, 2006:419)

A prática da *changa* se difere do contrato de trabalho comum na medida em que podemos associar esta prática à valores de antigas práticas de aquisição de recurso (*jeheka*), diferindo de um contrato de trabalho assalariado comum. Os aspectos acima explicitados podem ser considerados continuidades históricas da prática do *jeheka*. Como afirma o antropólogo Rubem,

> "Apesar dos riscos de estratificação decorrentes dessa atividade, deve-se considerar a existência de mecanismos sociais apropriados ao controle e manutenção do teko ymã [comportamento antigo, tradicional] e, mais especificamente, do teko joja [princípio de igualdade entre todos os membros da sociedade]" (ALMEIDA, 2001:169)

Esta atividade entre os guarani é incorporada à suas práticas espaciais em um contexto de avanço da fronteira agrícola moderna. Resultando na delimitação física de enormes espaços a partir da criação das Reservas Indígenas e da constituição e entrega de propriedades privadas nas mãos dos "brancos", tal como a construção dos centros urbanos promove a

devastação de uma série de recursos e faz com que estes povos criem estratégias outras a serem adicionadas às utilizadas no passado. Neste sentido, sendo a changa uma resultante deste contato interétnico, esta é incorporada e resignificada dentro de um conjunto de práticas espaciais inerentes à espacialidade Guarani, permitindo "a aquisição de produtos necessários com ganho obtidos fora do trabalho na roça, na caça, na pesca, na coleta e no artesanato" (MURA, 2006:164). Corroborando com a hipótese aqui levantada, nas palavras de Mura, que

> "Do ponto de vista dos indígenas, as atividades desenvolvidas por fazendas e usinas não representam, como nós as entendemos, parte das forças produtivas da 'sociedade'; eles não se engajam nessas atividades para se tornarem 'trabalhadores nacionais', como era a pretensão do antigo SPI e da própria FUNAI, posteriormente. Os Kaiowa se submetem a esses ritmos elevados de trabalho braçal com o único escopo de conseguir uma determinada quantia de dinheiro e/ou um conjunto específico de mercadorias. Assim sendo, as atividades de changa se inscrevem na temporalidade mais ampla da trajetória experiencial de um indivíduo. Nesta temporalidade, não são os trabalhadores a serem flexibilizados, mas a própria atividade de changa. Este tipo de comportamento não diz respeito simplesmente aos indivíduos que saem periodicamente das terras indígenas para desenvolver semelhante atividade, mas caracteriza também boa parte das famílias que ainda permanecem morando no interior de fazendas. Senão, vejamos." (MURA, 2006:434)

Na medida em que a fronteira agrícola avança no Mato Grosso do Sul e promove a alteração na materialidade espacial, se dá o encontro entre os dois mundos e suas lógicas espaciais, de modo que os Guarani se veem na necessidade de redefinirem sua práticas espaciais. Se este encontro cultural promove uma nova configuração tanto cultural, como obrigatoriamente espacial, os valores sobre os quais estas práticas guaranis estão ancoradas não mudam. Estes passam a ganhar uma nova roupagem diante das transformações provocadas a partir do encontro destes mundos e suas referidas espacialidades. Levando-se em consideração que o enfoque do trabalho é a changa nos canaviais, a etapa em que esta pesquisa se encontre e que é referente a este artigo ocupa-se apenas de uma introdução sobre a lógica e a historicidade sobre a mencionada prática. Mas, levando-se em consideração que isto faz parte de um projeto de pesquisa maior, em que se intitula "O que dizem os guarani sobre o corte da cana", cabe ainda neste artigo elucidar o que foi contado por um deles, como se segue no próximo subtópico.

5. O que o kaiowa Ezequiel nos conta sobre o corte da cana?

Parte 1 – A changa nos canaviais

Ezequiel, me conta um pouco como era trabalhar no canavial

Meu nome é Ezequiel. Sou cacique dessa retomada. Estamos na luta e hoje nos estamos lutando em busca de nossa demarcação das áreas. Então como eu estou aqui trabalhando nessa luta indo na frente, sempre vemos todos, como o passado, como até hoje, nós não sabemos o que vai acontecer na frente, no futuro principalmente. Então o que no passado nós indígenas nós sofremos na mão dos empresários, dentro das empresas deles, então nós trabalhávamos, toda nossa família, nosso cunhado, irmãos, amigos. Passamos muita dificuldade, muita discriminação, como se fosse igualmente uma escravidão. Nós fomos escravizados no serviço no trabalho nas empresas. E isso aconteceu em 1985, trabalhava no corte de cana, numa usina de Santa Helena. E era na época de frio quando nós tava trabalhando, nós trabalhava sem equipamentos, sem alojamento adequado, e usava nossa alojamento era barraca de lona, nos dormia numa tarimba, cortava uns paus pequenos e trazia pra fazer nossa tarimba, e isso pra fazer uma pousada. E pra nós ir no serviço nós acordava às 4h da madrugada no horário de São Paulo e nós ficava de pé, esperando nosso meio de transporte. E o serviço era o caminho de fueiro, que carregava uma cana pra levar pra usina, e o caminho chamava-se fueira porque era um ferro, dessa grossura cada ferro, e dentro do frio ninguém queria pegar o ferro porque era muito frio, no tempo de julho, aí todo mundo ia pro caminho, de madrugada 5h, quando começava a amanhecer, nos nossa comunidade, já tava na roça pra pegar o pedoeiro no serviço. Sem equipamento, somente com facão na mão e a lima. A lima a gente comprava, a empresa dava toda a lima pra cada pessoa.

Lima é o que afiava o facão?

Afiava o facão, desses grandão, da cana, nós podemos pagar, nós podemos perder a lima, se perder tem que pagar, mesmo se não perder tem q pagar, nós comprava a lima. Então nosso povo sofria numa safra de cana. A cana era queimada. E as empresas tinham uma loja pra vender as roupas. Tinha uns mercados pra comprar e pra vender as mercadorias pras indígenas.

Ficava perto de onde ficavam os cortadores?

Isso, ficava distância de onde nós parava, então em cada quizena a firma dava como se fosse um vale, no valor de quantias no vale e a gente gastava isso, comprava umas butinas, roupa, a cada quinzena. E muitas dos trabalhadores cortava a perna. Eu mesmo cortei a minha perna, não tinha equipamento, não tinha braçadeira, caneleira, não tinha uniforme.

E como foi que você cortou a perna?

As empresas queria prêmio, que o gerente das indústrias trazia um prêmio, uma bicicleta e uma televisão. Então com aquele prêmio todo trabalhador queria chegar primeiro pra ganhar o prêmio. E as picadas da cana era de 600 metros, quem chegava primeiro ganhava prêmio, tinha primeiro e segundo lugar. Mas sem equipamento nós corria o risco de cortar a perna. Eu mesmo cortei, saia muito sangue, aí corria pra farmácia e fiquei parado 4-5 dias no

alojamento, dentro do meu barraco, aí a gente não ganhava. Quem fica parado não ganha, só pagava na bóia.

E como era o serviço de saúde?

O serviço de saúde... a gente tinha que ir na farmácia, nunca tinha viatura pra levar os trabalhadores até na farmácia, uma distância de 4-5km a pé até a farmácia. Ia e voltava pro seu alojamento.

E quando voltava pra casa, você trazia o que? Conseguia comprar o que?

Os gastos dos trabalhadores em cada quinzena não trazia nada, não trazia nada. E quando voltava num prazo contrato de 60 dias, porque antigamente só fazia contrato, não era carteira assinada, era só contrato e levava 60 dias. Quando a gente voltava pra nossa aldeia não trazia nada, só trazia dívidas. E no final dos 60 dias o gerente das empresas fazia contas e dizia "você não ta ganhando nada, só devendo pra firma". Isso é o que todos as nossas pessoas ficava desanimados e chegava pra casa nenhum centavo no bolso, e um tempo depois nos voltava pra trabalhar na mesma firma e a situação a mesma ainda. A bóia era bem fraca, e nós pagava na bóia. E ficar parado no alojamento tem que pagar na bóia, pagar na bóia.

Parte 2 – O mau encontro

E seu Ezequiel como era antes dos karai chegarem pra conseguir recurso? E depois que eles chegaram, como eram as formas de vocês conseguirem recurso?

Antes de chegar os homens brancos, que nós chamamos de grileiros, todos eles, chamam Colônia Agrícola de Dourados, os colonizadores né. Então antes da chegada deles, nosso povo guarani kaiowa viviam tranquilamente, viviam trabalhando com a sua família com grande grupos que eles moravam, tinha uma casa boa, de sapê, de madeira, e pra recurso eles viviam também tranqüila, na caça do indígena. Porque eles sempre teve costume de viver com a caça e a pesca. E, com eles, a fartura dos nossos ancestrais... A fartura não faltava na mesa nunca do nosso povo. Vivia com carne, as carnes que eram a queixada que chamamos hoje, os porco que nunca foram vacinado, os bicho, carne sagrado. Então se alimentavam bem, viviam com a sua família e trabalhavam por sua conta mesmo. E também outros recurso que eles traziam como açúcar, por exemplo, eles não usavam o açúcar, eles usavam o mel de abelha, como hoje que só usa açúcar de cana mas usava o mel como açúcar. Isso antes da chegada do homem branco, e depois que o homem branco chega nessa região dos grandes territórios vieram e expulsaram nossos ancestrais, nossos bizavós, tataravós, em qualquer lugar, pra eles não tinham fronteira, os expulsaram pra deixar numa reserva, numa reserva. Então eles expulsaram, espancaram, queimaram nossa casa dos nossos ancestrais, bizavós, tataravós. Eles atiravam com arma de fogo pra eles expulsaram. Se eles não corressem do tekoha deles eles matam, com tiro, facão. Porque muitos grileiros chegaram e faziam as picadas no meio da mata, pra fazer sua roça e pra abrir e deixar pro seu gado. Então é isso que nós sempre hoje recordamos pra saber como era a história antes da chegada do homem branco e depois da chegada do homem branco. Então isso é importante hoje nós destacar, o Brasil inteiro ouvir as nossas histórias e ver como é que é a realidade que nós estamos hoje.

6. Referências bibliográficas

ALMEIDA, Rubem Ferreira Thomaz de. Do desenvolvimento comunitário à mobilização política: o projeto Kaiowa-Ñandeva como experiência antropológica. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2001.

ALMEIDA, Rubem Ferreira Thomaz de & MURA, Fábio. Relatório Yvy Katu. 2002.

ARRUZZO, Roberta. Modernização produtiva e espaços não vazios: as retomadas e os sentidos da territorialidade para os Guarani-Kaiowa. In: BERNARDES, Júlia Adão, SILVA, Cátia Antônia da, ARRUZZO, Roberta. Espaço e energia: Mudanças no paradigma sucroenergético. Rio de Janeiro: Lamparina, 2003.

BENITES, Tonico. Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha. Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 2014.

Carta da nota do conselho da Aty Guasu Guarani-Kaiowa para justiça do Brasil. Publicado em 01/02/2012 e disponível em: http://www.midiamax.com.br/noticias/785043-aty-guasu-guarani-kaiowa-ms-envia-carta-a-juizes-federais-frente-a-ordem-de-despejo-da-justica.html

CLASTRES, Pierre. A arqueologia da violência. SP, Cosac Naify, 2004.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Viver no Limite. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, David. O novo imperialismo. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 1ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions [1974].

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Um Grande Cerco de Paz. Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes. 1995.

MURA, Fábio. À PROCURA DO "BOM VIVER" Território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowa. Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Dos cerrados e suas riquezas. Publicado em 17 de setembro de 2008 e disponível em: http://www.povosdocerrado.org.br/?p=12

SCHADEN, Egon. Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani. São Paulo: Edusp, 1974.

SOUZA, Marcelo. Os aspectos fundamentais da pesquisa sócio-espacial (Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, M. J. L. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. *Revista Cidades*. (Presidente Prudente) v. 7, 2010.